

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Vladimir Rudson Vieira Varda brasileiro(a) Solteiro, Ajudante portador do CPF: 101.373.754-76, residente na Rua: Brasília de Jesus 4680, Bairro: Belo Horizonte, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

- 1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;
 - 2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente a 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;
 - 3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sende que, o presente firma-se na cláusula "ad exitum";
 - 4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente a 30% (TRINTA POR CENTO) sob o valor da causa;
 - 5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..
- Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.
- Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 09/12/2020.

Contratante: X Vladimir Rudson Vieira Varda

Contratado: KM Nascimento

OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Digitalizado com CamScanner

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Wladimir Rudson Vieira Varela, brasileiro(a)-
Solteiro, Ajudante, portador do RG nº 002.593.491, e do
CPF nº 101.373.754-76, residente na
RUA: Brasília de Jesus 4680, BAIRRO:
Belo Horizonte, cidade Mossoró - Rio Grande
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN
7.469, podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986,
Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em
geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na
Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar,
assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar
quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo,
receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação,
apresentar recurso e contra razões, junto bem como, substabelecer
esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará
judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento,
representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar
apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao
Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o
direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos
necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 09 / 12 / 2020.

Outorgante: X Wladimir Rudson Vieira Varela.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



TERMO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA

Vladimir Rudson Vieira Varela brasileiro.(a), Solteiro (a),
Ajudante, portador do CPF n. 101.373.754 - 76, podendo ser
intimado (a) no (a) Rua Brasília de Jesus n. 4680 Bairro -
Belo Horizonte, Mossoró -RN. Declara nos termos da Lei n.
1.060/50, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de
_____-RN. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não
retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Mossoró -RN em 09/12/2020.

Declarante: Vladimir Rudson Vieira Varela

1ª Testemunha: ✓ _____

CPF nº _____

Residente- _____

2ª Testemunha: ✓ _____

CPF nº _____

Residente- _____

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

FIRMADA NA LEI Nº 7.115/83.

Vladimir Rudson Vieira Varela brasileiro.(a), Solteiro (a),
Ajudante, portador do CPF n. 001 373.754 - 76, podendo ser
intimado (a) no (a) Rua Brasilianna de Jesus n. 4680 Bairro -
Belo Horizonte, Mossoro -RN. DECLARA, sob as penas da
lei que é isento de declarar imposto de renda, não dispõe de qualquer meio financeira
que lhe possibilite pagar custas e demais emolumentos judiciais. Firma a presente
declaração nos termos- conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções
administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar
lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro -RN, em 09/12 2020.

Declarante: Vladimir Rudson Vieira Varela

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DAI - Declaração Anual de Isento

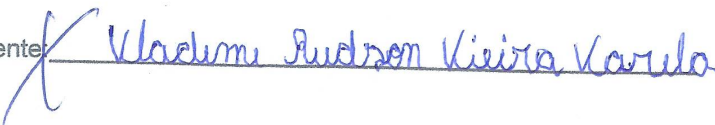
**Por Assessoria de Comunicação
Social — publicado 26/02/2016 10h54, última
modificação 28/06/2019 10h29**

**Informamos que a Declaração Anual de Isento (DAI) da
Secretaria da Receita Federal do Brasil foi instituída com
o objetivo de manter atualizado o Cadastro de Pessoas
Físicas (CPF).**

**Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008,
de 25 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração
Anual de Isento, a partir do ano de 2008.**

**A isenção poderá ser comprovada mediante declaração
escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme
previsto na Lei 7.115/83.**

Ciente





*Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos*

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

*Dispõe sobre prova documental nos
casos que indica e da outras
providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

**JOÃO FIGUEIREDO
Ibrahim Arbi-Ackel
Hélio Beltrão**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.8.1983.

Ciente:

Kladyne Rudzen Vieira Vorela





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Memoz, 150, Baldo, Natal - RN, CEP 59025-250
CNPJ 08.324.186/0001-61 | Ins. Est. 20055198-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

ROSILEIDE VIEIRA VARELA

CPF 023 355 954-07 NIS 16540948956

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA BRASILEIRA DE JESUS 4680

BELO HORIZONTE/ÁREA URBANA
MOSSORÓ RN
56800-001

CONTA CONTRATO	DATA
0477536018	08/2020
DATA DE VENCIMENTO	DATA PRÓXIMA LEITURA
18/08/2020	11/09/2020
TOTAL A PAGAR (R\$)	5,49

DECOMPOSIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo-TUSD até 30 kWh	30,0000000	0,09242827	2,77
Consumo-TE até 30 kWh	30,0000000	0,08089463	2,72

TOTAL DA FATURA

5,49

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA	ANTERIOR	ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
214068854	CAT	10/07/2020	3 367,00	11/08/2020 3 367,00	32	1,00000		0,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano kWh

AGO 20	30
JUL 20	30
JUN 20	30
MAI 20	30
ABR 20	30
MAR 20	30
FEV 20	30
JAN 20	30
DEZ 19	30
NOV 19	30
OUT 19	30
SET 19	30
AGO 19	30

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	5,49	1,24
PIS	5,49	5,89
COFINS	5,49	0,31

Faturado pelo mínimo da fase - Custo de Disponibilidade, Artigo 96, Resolução ANEEL 414/2010.

Tarifa TUSD até 30 kWh

Consumo-TE até 30 kWh

TARIFAS APLICADAS

0,08089463

0,08440680

RESERVAÇÃO AO PISCO
608B 685A 1119 AE3E 2614 26FF 3E3B F942

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais próximo de você a informação e manual fornecido nos artigos 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000.

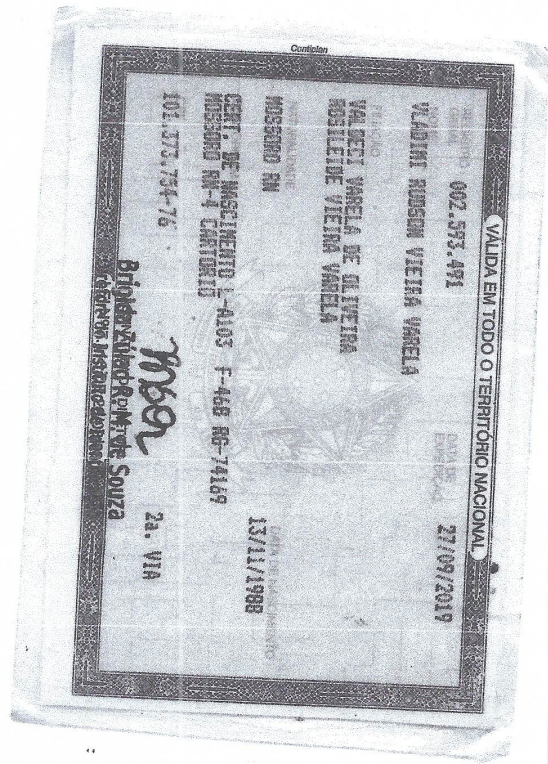
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos são encontrados e disponíveis para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERUPÇÕES

CONJUNTO MOSSORÓ II	VALOR APURADO JUN/2020	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
DIC	0,00	4,85	9,81	19,82
FIC	0,00	3,17	6,35	12,70
GRIC	0,00	2,77	0,00	0,00

NÍVEL DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
220	MÍNIMO 202 MÁXIMO 231



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 22/12/2020 08:33:32

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2012220833224400000061374126>

Número do documento: 2012220833224400000061374126

MINISTÉRIO DO TRABALHO
E EMPREGO
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP
165.47369.07-3

NÚMERO
0808794

SÉRIE
002-0

UF
RN

Vladimir Rudson Vieira Varela
ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO

02

Digitalizado com CamScanner

02

QUALIFICAÇÃO CIVIL

BRASILEIRO

NOME: **VLADIMIR RUDSON VIEIRA VARELA**

LOC. DE NASC.: **MOSSORÓ - RN**

FILIAÇÃO: **VALDECI VARELA DE OLIVEIRA**

ROSILEDE VIEIRA VARELA

DOC. APRESENTADO: **RG 002593491 SSP RN**

ESTADO CIVIL: **SOLTEIRO**

LEI Nº 046, DE 18 DE MAIO DE 1995.

RG: **002593491**

LOCAL DA EMISSÃO: **CENTRAL DO CIDADÃO MOSSORÓ-RN**

EMISSÃO: **28/09/2006**

ASSINATURA DO EMISSOR

13/11/1988
MASCULINO

Digitalizado com CamScanner



06 04.577.210/0002-89

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR **JOSE FRANCISCO TORRES FILHO**
 Sítio Panela do Amaro, 100
 Zona Rural - Rod. RN, 117 - Km 05
 CEP: 59.619-218
 Mossoró - RN

MUNICÍPIO _____ UF _____

ESP. DO ESTABELECIMENTO _____

CARGO **Ajudante**
 CBO Nº _____

DATA DE ADMISSÃO **02** DE **Julho** DE **2020**
 REGISTRO Nº **02** BS/FCHA **12**
 REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA **R\$ 520,20**

CERÂMICA MOSSORÓ

1º **Jose Francisco Torres Filho**
 DATA DE SAÍDA **09** DE **Novembro** DE **2020**
CERÂMICA MOSSORÓ
 ASS. DO EMPREGADOR OU A ROD. _____

2º **Jose Francisco Torres Filho**
 COM. DISPENSA CD Nº _____ CNPJ: 04.577.210/0002-89
 FGTS Nº DA CONTA: _____

Digitalizado com CamScanner

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
 Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal - RN, CEP 59025-250
 CNPJ 08.324.186/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

COSERN

DADOS DO CLIENTE
 VANILEIDE VIEIRA VARELA MARTINS
 ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
 RUA MARINHO DANTAS 83 A
 BELO HORIZONTE/ÁREA URBANA
 MOSSORÓ RN
 59064-480

CLASSIFICAÇÃO
 B1 RESIDENCIAL
 BAIXA RENDA COMNIS
 Monofásico

CPF: 059.302.164-95 NIS: 20039638019

NOTA FISCAL
 7003085028 09/2020
 DATA DE VENCIMENTO 09/10/2020
 VALOR 47,43

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
30,00000000	0,11341199	3,40
70,00000000	0,19442056	13,60
7,00000000	0,29163085	2,04
30,00000000	0,11128477	3,33
70,00000000	0,19077359	13,35
7,00000000	0,28616084	2,00
		3,43
		6,28

TOTAL DA FATURA 47,43

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSUMO (kWh)
50102658	CAT	10-08-2020	12.398,00	10-09-2020	12.395,00	31	107,00

Digitalizado com CamScanner





Gov^o do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Este Boletim de Ocorrência foi devidamente homologado pela Delegacia Virtual e liberado para impressão definitiva.
A aceitação deste documento está condicionada a verificação de sua autenticidade pela Internet na área de acompanhamento e consulta de registro de Ocorrências da Delegacia Virtual, no endereço <http://www.defesasocial.rn.gov.br>

Unidade Policial: DELEGACIA VIRTUAL

Endereço:

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2020001074664

1.2 Data de Expedição: 16/12/2020 10.19.51

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 10/10/2020 00.00.00

2.2 Logradouro: SÍTIO BOM JESUS

2.3 Número: S/N

2.4 CEP:

2.5 Complemento:

2.6 Ponto de Referência: PROXIMO A JUNIOR BAR

2.7 Bairro: ZONA RURAL

2.8 Cidade: MOSSORÓ

2.9 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: VLADIMIR RUDSON VIEIRA VARELA

3.2 Estado civil: Solteiro(a)

3.3 Etnia: NÃO INFORMADO

3.4 Pai:

3.5 Mãe: ROSILEIDE VIEIRA VARELA

3.6 Data de Nascimento: 21/11/1988

3.7 Sexo: MASCULINO

3.8 RG: Não informado

3.9 CPF: 10137375476

3.10 Passaporte:

3.11 Nacionalidade:

3.12 Naturalidade: MOSSORÓ/RN

3.13 Profissão:

3.14 E-Mail: MARCIA_REGINA_TJ@HOTMAIL.COM

3.15 Telefone(s):

3.16 Logradouro: RUA BRASIL IANA DE JESUS

3.17 Número: 4680

3.18 CEP:

3.19 Bairro: BELO HORIZONTE

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S)

(NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS DA OCORRÊNCIA

7. DOS FATOS

7.1 Histórico

O DECLARANTE DECLARA QUE TRAFEGAVA VOLTANDO PRA CASA NA ESTRADA CARROÇAVEL NA SUA MOTO HONDA CG 125 PLACA QJV8C05 RENAVAN 00543601684 QUANDO BATEU EM UM ANIMAL CONTUDO NÃO HOUVE VITIMAS SO DANOS MATERIAIS.

8. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

9. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Comunicante: VLADIMIR RUDSON VIEIRA VARELA

Data 16/12/2020 15.29.27

10. PROVIDÊNCIAS (RESERVADO A AUTORIDADE POLICIAL)

Este Boletim de Ocorrência foi devidamente homologado.



Atendimento: 1702742 - RUBENS PAES BEZERRA FILHO

Impresso por: WEB em 16/12/2020 16:52:50

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA



SINISTRO 3200459465 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA VLADIMI RUDSON VIEIRA VARELA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial Natal-RN

BENEFICIÁRIO VLADIMI RUDSON VIEIRA VARELA

CPF/CNPJ: 10137375476

Posição em 21-12-2020 07:53:55

Seu pedido de indenização foi analisado e identificamos pendências que impedem a conclusão do processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, no mesmo local onde você deu entrada, para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
➔ Boletim de ocorrência	Vitima	Não Conforme	
➔ Autorização de pagamento	Beneficiário	Não Conforme	VLADIMI RUDSON VIEIRA VARELA



10/10/2020 #Ortopedia#

Vítima de acidente de motor bike com trauma
em PE (Enq.). Enxerto Tíbio (E).
Exatidão: fratura em dor do 3º PDE, edema e
deformidade em 4º, 5º PDE. Reumatóide normol.
Rx PE (E): Fratura Falcange proximal 4º, 5º PDE.
cd: ① Sutura + Hiperextensão fratura 2º,
metacarpo 1º.
Rx Tíbio (E): Sem Alterações.

Clênio Moura
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-RN: 8505

10/10/2020. #Ortopedia qual#

Revisão (Ortopedia) 10/20/2020

Fratura Sínfise entre 4º, 5º PDE, com
necessidade de sutura.

cd: ① Hiperextensão da Fratura e
Anestesia

② Enxerto de 4º, 5º PDE.

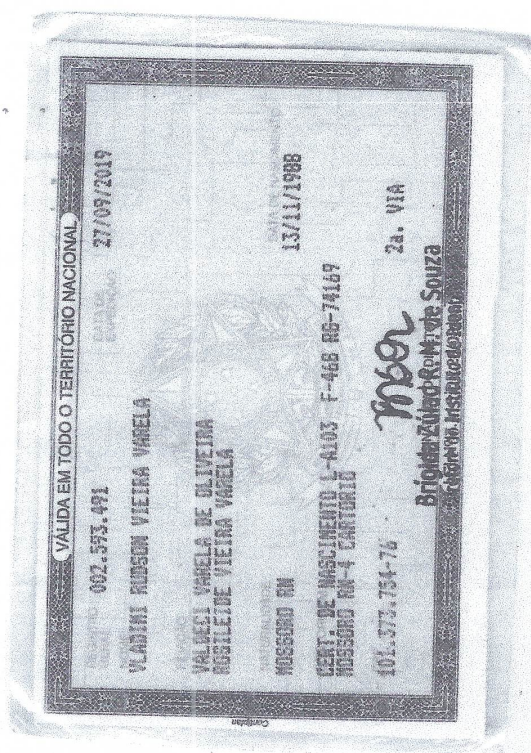
③ Alta

Ortopedia O/FA IM
Ortopedia O/FA IM

Clênio Moura
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-RN: 8505

Clênio Moura
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-RN: 8505





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº 013832155219
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	ENTR	EXERCÍCIO
2	00543601694	*****	2019

NOME
ROSILEIDE VIEIRA VARELA

CPF/CNPJ
023.355.954-07

PLACA
OJV8C06

PLACA ANT/UF
OJV8205/RN

CHASSI
9C2JC4110DR801404

ESPECIE TIPO
PASSAGEIRO MOTOCICLISTA/NAO APLICAVE

COMBUSTIVEL
GASOLINA

MONIA/CG 125 FAN XS 2013

CAP/PO/CEL
OCV/124 CILINDRADAS

CATEGORIA
PARTICULAR

COR PREDOMINANTE
VERMELHA

COTA UNICA
R\$ 0.00

VENO COTA UNICA
06/07/2018

VENO/COTAS
1º PAGO

FAPCA/PVA
002844 3X

PARCELAMENTO/COTAS
R\$ *****

2º PAGO

3º PAGO

PREMIO TARIFARIO (R\$) IOP (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
*** TAXAS DETRAN:PAGO *** DPVAT:PAGO

OBSERVAÇÕES
MOTOR: JC41E1D801404

NOSSORO/RN 23/01/2019

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL A FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Memmiz, 180 - Bairro: Natal - RN - CEP 59025-290
CNPJ 08.024.199/0001-81 fone: 0800 581 9940 www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
ROSILEIDE VIEIRA VARELA
CPF 023 355 954-07 NIS 1954024956

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA BRASILEIRA DE JESUS 4080
BELO HORIZONTE AREA URBANA
MOSSORO RN
52000-001

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDIA COMINS
Monofase

CONTA CONTRATO	VENCIMENTO
0477536018	08/2020

DATA DE VENCIMENTO	DATA DE PAGAMENTO
18/08/2020	11/09/2020

TOTAL A PAGAR (R\$) 5,49

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			
	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo-TUSD ate 30 kWh	30,0000000	0,08242827	2,77
Consumo-TE ate 30 kWh	30,0000000	0,08089463	2,72

TOTAL DA FATURA 5,49

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0820895-27.2020.8.20.5106

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supraexpostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 18 de janeiro de 2021.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito em Substituição Legal



ciente do despacho cadastrado sob o id 64446961





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnebeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0820895-27.2020.8.20.5106

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.



Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supraexpostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 18 de janeiro de 2021.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito em Substituição Legal

